

Conflitos territoriais de 2008 em áreas indígenas

Rondônia

No estado, pelo menos cinco casos foram registrados. O povo Juruey da terra Uru-eu-wau-wau, afirma que o planejamento da construção de estradas não levou em consideração a existência de indígenas e irão atingir o povo. E os Arara, Arikapú, Aruá, Gavião, Kanoé, Karitiana, Kaxarari, Kwazá, Makurap e Tupari brigam, pois na maioria das terras indígenas demarcadas não foram levados em consideração os territórios tradicionais e seus lugares sagrados, o que fez com que os povos pedissem revisão de limites.

Mato Grosso

Na terra Marãiwatsedé, os xavantes estão lutando pelo processo de retirada dos invasores. As forças políticas e econômicas que atuam no estado têm se articulado no intuito de postergar o efetivo beneficiamento da comunidade.

Mato Grosso do Sul

O povo terena está tentando reconquistar a terra indígena Pilad Rebuá, que está invadida por fazendeiros.

Fonte: Conselho Indigenista Missionário.

Pará

Os Parakanãs, da terra Apyterewa, esperam mais de 1.200 famílias de fazendeiros e madeiros desocuparem o local. O território foi homologado por decreto presidencial em 2007.

Maranhão

Na terra indígena Krikati, índios reivindicam agilidade na retirada dos 80 invasores de suas terras. O trabalho de regularização da área começou em 2000 e, até agora, não foi concluído.

Ceará

Cinco terras indígenas do Ceará tiveram problemas. Em Tremembé de Almafala, o grupo Nova Atlântica pretende construir um empreendimento turístico imobiliário nas terras habitadas pelos índios. Em Tapeba, a oligarquia Arruda entrou com um mandado de segurança pedindo a anulação do processo demarcatório das terras do povo. Em Anacé, desde a construção do Porto de Pecém, a situação dos índios vem agravando-se. E em Pitaguary, eles estão ameaçados de perder parte de suas terras para um posseiro que ocupa indevidamente a aldeia Santo Antônio Pitaguary.

Bahia

Teve problema em duas terras, na Pataxó e na Tupinambá de Olivença. Na primeira, homens armados teriam sido contratados pelos fazendeiros para expulsar os indígenas. Na segunda, em janeiro de 2008, o TRF suspendeu, por 180 dias, a decisão de retirada dos índios. A ação deixou muitas pessoas feridas e casas destruídas dos indígenas.

Santa Catarina

No Morro dos Cavalos, o povo Kaingang afirma que a demarcação feita é uma fraude antropológica.

